

Migração entre Fronteiras e Direitos

Sessão formativa · Setúbal

João Massano

Bastonário da Ordem dos Advogados

Muito boa tarde a todos. Eu dou por reproduzidos os cumprimentos a todas as entidades aqui presentes, uma vez que já são praticamente 3 horas. E também falar depois do Papa Francisco é sempre muito complicado, porque de facto era um orador de excelência e tudo o que ele disse eu subscrevo por baixo, obviamente, e que é por ali o caminho.

Mas não poderia deixar naturalmente de cumprimentar em especial aqui a nossa anfitriã em representação da Câmara Municipal de Setúbal e agradecer à senhora vice-presidente todo o apoio que a Câmara Municipal deu a esta iniciativa. Muito obrigado pelo vosso apoio. É um gosto vir a Setúbal e ser assim tão bem recebido. Muito obrigado.

Queria também deixar uma palavra para as representantes da Ordem Regional e local, Dra. Maria de Lourdes Évora, do Conselho Regional de Évora, coerência ao extremo, e a senhora Dra. Cláudia Colaço e agradecer às duas a forma como também sempre fui muito bem recebido em Setúbal, mesmo quando não era aquilo que sou hoje.

Também destacar o Dr. Pedro Calado e por aquilo que espero consigamos fazer para tornar realidade as palavras do Papa Francisco. É um desafio duro, difícil, mas acredito que com a vontade que demonstra será mais fácil. Muito obrigado.

Queria também afinal vou cumprimentar toda a gente, mas é o que é.

Queria também deixar uma palavra para o Dr. Pedro Portugal Gaspar. Porquê? Primeiro porque é presidente da AIMA e porque é nosso parceiro nesta organização. Segundo porque teve e tem uma tarefa muito difícil. Não podemos esquecer quando criticamos a AIMA que a AIMA vem na sequência de um serviço que havia chamado SEF, que esteve 2 anos, 2 anos e qualquer coisa para acabar. Foi a tal morte anunciada que nunca mais vinha e que nunca mais era substituída e que é responsável, não nos podemos esquecer disso, por muitos dos problemas que a AIMA teve e ainda tem, porque não é fácil apagar 2 anos de inércia e de paragem quase total dos processos. E por isso, naturalmente, é uma tarefa difícil, mas creio que tudo o que tem sido feito até aqui é demonstrativo da vontade de resolver.

Por último, saudar também a articulação que aqui foi referida e a boa vontade que tem sido demonstrada pela AIMA sob a sua presidência para articular com a Ordem dos Advogados no sentido de procurar, como se diz hoje em dia, libertar a tensão que existe entre a AIMA e aqueles que precisam da AIMA, porque de facto é fundamental falar com as pessoas e as instituições públicas não podem achar que vivem sozinhas e que não têm que dar explicações. Isso é um erro. Porque contribui para a panela de pressão ter cada vez mais pressão e não é bom para ninguém. E por isso saúdo esta articulação que tem

havido com a AIMA e que espero que continue e que seja cada vez mais intensa.

Depois cumprimentar um velho conhecido que é o senhor presidente aqui do Tribunal da Comarca de Setúbal, que me tem acompanhado em vários momentos da minha trajetória política. Até já disse que eu tinha que ter cuidado para não me transformar no Marinho e Pinto e eu agradeço o alerta. Procurarei não o fazer, mas é sempre um gosto tê-lo aqui nas nossas iniciativas e agora nas funções em que estou. É um gosto acrescido que tenha a sua presença e que conte aqui.

Peço também naturalmente, e tenho que deixar aqui uma palavra especial para a representação do Conselho Superior da Magistratura, que de facto tem sido também e temos tido uma articulação extraordinária. Agradeço a sua presença, doutora, por estar aqui hoje e por nos privilegiar também com a sua presença e agradeço e a presença do Conselho Superior da Magistratura e também espero que consigamos fazer algo pela justiça portuguesa e é por isso que temos lutado.

Também agradeço a representação da Procuradoria-Geral da República, naturalmente que de facto acho que a Procuradoria, Conselho Superior da Magistratura e a Ordem dos Advogados têm uma obrigação muito relevante para que a justiça portuguesa possa melhorar a imagem pública e para que possa funcionar melhor. Temos essa obrigação e numa altura em que temos, creio eu, uma responsabilidade social enorme sobre os nossos ombros, não podemos ficar abaixo das expectativas.

Peço desculpa por não poder agradecer individualmente a todos, mas compreenderão que ficaria aqui até bastante tarde. Mas não posso deixar de agradecer aos colaboradores e trabalhadores do Conselho Geral e do Conselho Regional e da Delegação que tornaram possível esta conferência, assim como a sessão solene amanhã e os eventos de sábado. Muito obrigado pelo vosso esforço, pela vossa dedicação. Obviamente, sem vós não seria possível realizar aquilo que estamos a realizar aqui hoje.

Eu gostaria de começar em primeiro lugar por falar quer do aniversário do nosso centenário e do que ele representa em termos de defesa dos direitos de todos. E todos é mesmo todos. A Ordem nunca pode esquecer a sua vocação humanista. Tem tido essa vocação, podendo por vezes fugir um pouco a essa vocação, mas a matriz da Advocacia é o sacrifício, é a missão, é o bem social. E isso revela-se particularmente importante numa matéria como aquela das migrações.

Os Advogados são conhecidos por estar ao lado daqueles que não são propriamente populares nas sociedades, quer sejam arguidos em processos mediáticos, quer sejam migrantes, que não são propriamente as pessoas mais populares na sociedade portuguesa hoje em dia, por força quer da agenda política e da forma como têm vindo a ser retratados, quer naturalmente da agenda mediática que acaba por refletir a agenda política.

Dizia, e bem o senhor presidente da AIMA que os fenómenos migratórios sempre existiram, verdade? Mas nunca, como hoje em dia, a tensão entre migração, segurança e outras situações foi tão vincada e tão preocupante para todos nós.

Por um lado, temos uma sociedade cujos serviços, grande parte deles, não sobreviveriam sem a presença dos migrantes. Por outro lado, temos uma sociedade que luta desesperadamente por manter uma identidade e uma segurança, assim o dizem, em nome de uma identidade nacional.

Qual é que é o problema? Como aqui dizia e bem, não é possível ter, de um lado trabalho migrante e do outro lado, uma identidade nacional sem promover a integração dos migrantes.

Portugal tem falhado nessa integração, a começar pela forma como as entidades administrativas têm vindo a tratar antes da AIMA, porque tenho que reconhecer que com a AIMA houve um esforço para melhorar, mas de facto não temos tratado bem as pessoas que têm que se dirigir aos serviços públicos por vários motivos. Infelizmente não é só um problema da AIMA, é um problema transversal à administração pública, lamentavelmente.

E, infelizmente também, não obstante não terem tido o hiato que houve na AIMA, é um facto que a administração pública precisa de meios, quer humanos, quer tecnológicos. E muitas vezes exige-se à AIMA que consiga fazer milagres, muitas vezes com meios tecnológicos, do início dos anos 2000.

Não raras vezes, ainda há bem pouco tempo, umas fotocópias do passaporte ou de outra coisa qualquer eram tiradas sem alimentador e teriam que ser folha a folha, como devem imaginar. Isso é fantástico para a rapidez e para a celeridade. Não é possível pedir um serviço de qualidade se os meios não estão à altura das exigências. E naturalmente sem meios humanos também tal não é possível.

No fundo, vivemos um momento de tensões. Há tensões em tudo. É a tensão entre privacidade e segurança. É a tensão entre a necessidade de termos migrantes e a tensão entre a identidade nacional e a segurança. Da conciliação de todas estas tensões numa sociedade, para dizer o que toda a gente diz, polarizada, é preciso trabalhar de forma diferente.

Creio que o caminho desta sociedade e de uma sociedade mais justa passa por arranjar soluções para os problemas, passa por, ainda para mais agora, a necessidade de mão de obra com o tal comboio de tempestades. É sempre interessante ver o marketing à volta de tudo o que é notícias. O comboio de tempestades, infelizmente, provocou danos graves, estruturais em muitos sítios, que vão precisar mais uma vez de mão de obra.

Mas como referi há pouco em conversa, tratar a mão de obra estrangeira e permitir que ela seja tratada como se não fizesse parte do nosso sistema jurídico, não protegendo os seus direitos e não lutando para os proteger, só contribui para a sensação de insegurança de todos nós.

Porque um imigrante integrado, conhecedor dos seus direitos, é um imigrante que conhece a ordem jurídica nacional e que estará mais identificado com os nossos valores.

E nós temos feito precisamente o contrário. Nós permitimos explorações agrícolas que continuem a fazer trabalho temporário, contratos sucessivos, sem nunca os tornar, entre aspas, efetivos. O Estado — e a Ordem disponibiliza-se naturalmente no que for possível para tal — tem que agir para que estas situações, elas sim, que fomentam e incentivam a concorrência desleal com aqueles que cumprem as suas obrigações, acabem. Esta situação é conhecida em muitos lados e tem que ser combatida. Nomeadamente pela ACT e pelas outras estruturas que possam ajudar.

Daí a relevância do caminho que espero que venhamos a conseguir trilhar em conjunto e aqui espero, Dr. Pedro, que o consigamos fazer.

Nós temos que explicar os direitos a toda a gente e uma vez que estamos aqui na área das migrações, aos migrantes, eles têm que conhecer os seus direitos, eles têm que estar integrados e só assim conseguirão de facto caminhar no sentido de se identificarem mais com os nossos valores. Porque se nós os colocamos à parte em matéria de justiça, por exemplo, e do acesso ao direito, podem crer que mais dificilmente se resolverá o problema da dificuldade da integração.

Por outro lado, não podemos esquecer, e parece que não tem sido grande preocupação até agora, mas há decretos e propostas de lei no sentido de procurar encontrar um caminho para a pendência judicial que emerge das questões da AIMA, que todos sabem temos muitos processos em tribunal neste momento.

É essencial criar uma solução especial para isto. Caso contrário, os tribunais administrativos não vão ter resposta.

Nós propusemos a existência de um sistema de mediação, pegando no esquema que foi seguido na estrutura de missão relativamente aos processos pendentes na AIMA, que haja um processo de mediação em relação às ações que estão em tribunal que junte as partes e a AIMA, no sentido de obter uma solução, porque muitos daqueles processos, tenho quase a certeza que se resolvem sem necessidade de qualquer diligência judicial.

Creio, talvez seja ingénuo, que muitos dos processos que lá estão serão facilmente resolvidos, porque muitas das vezes o que se passa é, há emails que dizem que foram enviados e que quer Advogados, quer as pessoas não receberam e que, por isso são obrigadas a ir recorrer de indeferimentos.

Creio que criar um sistema de mediação prévio que permita às pessoas conciliar as suas posições com as posições da AIMA naturalmente respeitando o interesse público, será uma solução para retirar grande parte dos processos do tribunal.

Por outro lado, continuamos a defender, que já o defendemos várias vezes, a existência de secções especializadas com mais meios nos tribunais administrativos, com distribuição territorial para resolver estes problemas emergentes da AIMA.

Sabemos também que aqui e irei terminar, o que está em causa é a vontade de integrar. E a vontade de integrar passa não só por explicar os direitos às pessoas, mas por efetivamente permitir às pessoas exercer esses direitos.

E aí, apesar de poder não ser o mais popular defender direitos de imigrantes, aí é o papel da Advocacia. Uma Advocacia centenária, embora, como já me disseram, bem conservada, é uma Advocacia que vai defender os direitos dos mais vulneráveis e, neste caso, os mais vulneráveis são os migrantes.

Por isso, o desafio que temos é aproveitar o que em breve vai ser anunciado para estar ao lado dos migrantes, para explicar e contribuir para a sua literacia jurídica, para o conhecimento dos direitos que têm em Portugal e para que efetivamente saibam exercer esses direitos e esse papel. Não há ninguém melhor do que a Advocacia para o fazer.

E esse é o nosso desafio, um deles, porque temos muitos, mas um dos nossos maiores desafios será proteger os direitos de quem precisa e, neste caso, ajudar a integrar os migrantes e não ter medo de o fazer por qualquer agenda política que queira afastar-nos dessa defesa.

Desejo aos nossos oradores uma excelente reflexão. Espero aprender muito convosco, porque a nossa missão, assim como a vossa, e estou a ver aqui a Amanda, que é jornalista e, aliás, diga-se, até ontem se viu mais uma vez que há duas classes profissionais que estão sempre debaixo de fogo, seja no futebol, seja noutro sítio qualquer. São os jornalistas e são sempre também os Advogados.

Desejo uma excelente reflexão a todos e espero continuar a ver-vos neste e noutros eventos do centenário. Muito obrigado a todos.

Nota editorial: texto preparado a partir das legendas automáticas fornecidas, com organização em parágrafos e revisão de pontuação e de gralhas evidentes. Sem cotejo com a gravação original.